

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS CANADIENSES: Entre proteccionismo y diversidad cultural

GEORGE, Éric

Profesor Ph.D, Universidad de Ottawa y Grupo de investigación interdisciplinario sobre la comunicación, la información y la sociedad (GRICIS)

E-mail: eric.george@uottawa.ca

RESUMO

A dimensão internacional tem ocupado sempre um lugar importante nas políticas públicas canadenses do setor das comunicações, sendo considerado os Estados Unidos um vizinho inevitável por sua proximidade geográfica e como uma ameaça por ser uma potência hegemônica cujas indústrias culturais ocupam um lugar essencial dentro das exportações do país. Neste contexto, as políticas implementadas por Ottawa têm sido tradicionalmente influenciadas por dois princípios, da abertura e do fechamento que se deram a conhecer na área econômica e cultural. Agora, desde os anos 80, temos assistido o estabelecimento de políticas de liberalização dos intercâmbios, tanto em escala continental, com o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) quanto na escala planetária no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a trabalhos sobre as noções de isenção, exceção e diversidade cultural particularmente dentro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO). Neste artigo nos propomos ver em que medida as políticas públicas canadenses se despregaram em continuidade ou em ruptura, logo da multiplicação das decisões multilaterais. Para isto, veremos em primeiro lugar a influência dos acordos de livre comércio sobre as políticas públicas no setor da comunicação. Veremos que o setor das revistas foi o primeiro objeto de confronto entre o Canadá e Estados Unidos, o que conduziu as autoridades políticas canadenses a modificar os mecanismos de apoio ao mesmo tempo em que tentavam manter os aspectos econômicos e culturais como os primeiros de abertura e fechamento. Finalmente nos interrogaremos de maneira mais precisa sobre a possibilidade de manter ferramentas de políticas que descansam sobre a noção de “conteúdo canadense” enquanto que o forte está cada vez mais posto sobre a “diversidade cultural”, no processo de negociação internacional com a UNESCO, na qual foi firmada uma convenção no outono de 2005.

Palavras-chave: Políticas públicas. Proteccionismo. Diversidad cultural.

1 INTRODUÇÃO

Construir uma história das práticas e representações jornalísticas implica olhar uma dimensão micro-social do jornalismo. Isso significa deslocar-se de objetos mais tradicionais, como a instituição jornalística na sua globalidade, o papel e os efeitos que o jornalismo produz nas sociedades, e investigar as artes e os métodos de trabalho, os procedimentos utilizados para execução de suas atividades, as tentativas, os erros, bem como os princípios e valores inerentes ao processo.

A reconstrução histórica de uma realidade micro-social como as práticas e representações jornalísticas em dois jornais de Sergipe no ano de 1911 depende, em larga medida, da presença de relatos e impressões. Isso significa não descrever exatamente as práticas jornalísticas (ou os fragmentos possíveis de ser apreendidos), mas as representações que os jornalistas fizeram sobre suas práticas.

Em outras palavras, pesquisamos os modos como os jornalistas do início do século XX representavam a sua própria atividade (técnicas, valores, papel social, etc.), com as lacunas e falhas inevitáveis de representação. O próprio ato de representar executado pelo jornalista ao introduzir, na sua rotina de trabalho, um procedimento de falar sobre sua atividade, já é um procedimento prático, não sistemático, pois a reflexão surge das brechas possibilitadas nas rotinas de trabalho.

Cada prática é vinculada a um espaço social delimitado. Isso significa que os relatos sobre a atividade jornalística em um certo local têm no máximo caráter ilustrativo para outras realidades. Barbosa (1996), por exemplo, descreve o jornalista nos diários fluminenses do início do século XX como um profissional que busca, por meio da atividade, ganhar prestígio social e galgar posições políticas, intelectuais ou situações de estabilidade financeira, como cargos públicos.

De fato, a presença das publicações jornalísticas reforçou a constituição de círculos intelectuais, como no Rio de Janeiro:

A imprensa, na verdade, cria as condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação. A dependência dessas posições

intelectuais do poder político faz com que o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de reconhecimento e outras condições necessárias à consagração intelectual dependam fundamentalmente da participação como profissionais do novo jornalismo. Toda a vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa que se constitui na principal instância de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais (BARBOSA, 1996, p. 72).

Cruz (2000) buscou investigar que tipos de contribuições as publicações periódicas que circulavam na cidade de São Paulo entre 1890 a 1915 ofereceram para o crescimento da “cultura letrada” e o desenvolvimento da vida urbana. A autora percebeu que a imprensa periódica possibilitou a expansão da cultura letrada para além dos círculos das elites paulistanas tradicionais.

Souza (2001) localizou essa relação entre intelectualidade e imprensa na passagem do século XIX ao XX, em Sergipe, ao investigar a constituição do campo intelectual sergipano, as razões para a formação de uma “República das Letras” no Estado, as estratégias para sua institucionalização e o papel da imprensa nesse processo. Tanto nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro como no de Sergipe, percebe-se como o jornal foi mais do que um suporte para transmissão de conteúdos literários ou acadêmicos, mas contribuiu para formar um campo intelectual.

Interessa-nos, particularmente, identificar um passo seguinte a esse processo de complexificação das interações públicas no campo da intelectualidade, mediadas pelos veículos impressos, e localizar o surgimento de práticas e representações específicas que gradativamente se descolaram do projeto intelectual e político e caminharam em direção a relações e princípios de autonomia, característicos da atividade jornalística. Nosso objetivo nesta pesquisa foi localizar elementos para caracterizar a constituição do campo do jornalismo como um processo argumentativo executado pelos próprios jornalistas ao desenvolverem seu trabalho cotidiano nas páginas dos jornais de Sergipe, um processo que, para além da intenção informativa que permeava as publicações, havia uma estratégia de afirmação de princípios, regras e valores de atuação jornalística.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA HISTÓRICA EM JORNALISMO

Este estudo foi desenvolvido com base em uma perspectiva da História Social e da História Cultural: há um esforço em localizar tanto elementos de caráter social (legitimidade e autoridade da prática jornalística na sociedade), quanto da sedimentação de uma mentalidade (princípios e representações) do jornalismo, utilizando como percurso investigativo uma dimensão histórica da experiência jornalística. Esses aspectos sócio-culturais da atividade são constituídos em um

procedimento relacional, uma interação discursiva executada publicamente nas páginas dos jornais, envolvendo jornalistas e público.

Utilizamos as noções de práticas e representações conforme a perspectiva de Burke no livro *O que é História Cultural?* (2005, p. 78-90). A história das práticas surge na História Cultural como um modo micro-social de pesquisa histórica. Sua ênfase localiza-se no estudo da atividade humana, investigada durante uma época histórica específica ou por meio de um longo percurso histórico. Essas atividades práticas geram tipos específicos de mentalidades ou representações sobre o mundo. Há uma maior atenção às práticas micro-sociais, cotidianas, como a história da fala, das práticas religiosas, do consumo, etc.

Segundo Chartier, a história das práticas culturais busca “propor [...] um espaço de trabalho entre textos e leituras, no intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (1988, p. 28). Para o autor, o espaço próprio das práticas culturais “não é de forma nenhuma passível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais”; as práticas discursivas são “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões” (CHARTIER, 1988 p. 27-28).

Pesavento (2002, p. 21) considera que a História Cultural se propõe a uma tarefa difícil, mas fascinante: penetrar nos significados produzidos no passado. Para isso, a autora entende que a estratégia metodológica de Chartier é eficaz, quando o autor postula o recorrente cruzamento das práticas com as representações. Chartier define representações como “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social e como tal a definição contraditória das identidades [...] são esquemas geradores das classificações e das percepções” (1988, p. 18).

Para Chartier (1988), as representações do mundo social são um objeto adequado para a História Cultural. Para isso, é necessário que o pesquisador [...] tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1988, p. 19).

3 HISTÓRIA E TEORIA SOCIAL

Consideramos o jornalismo como uma instituição social constituída historicamente e que, por isso, seu estudo pode ser desenvolvido seguindo o esforço de Burke (2002) em articular história e teoria social, localizando uma situação de complementaridade entre elas, como consequência de suas próprias limitações em darem conta sozinhas de

determinados objetos sócio-históricos. Esta aproximação entre história e teoria social será abordada, neste artigo, em dois momentos.

Num primeiro aspecto, nos próprios esforços de constituição da História Cultural como perspectiva de estudo que busca abarcar objetos que se localizavam mais tradicionalmente nas ciências sociais, como a “cultura”, objeto esse que, por sua complexidade, se revela não mais pela “posse de documentos ou a busca de verdades definitivas” (PESAVENTO, 2003, p. 15). A História Cultural vai acompanhar as ciências sociais e “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 15). Burke irá considerar um movimento dos historiadores entre as décadas de 1960 a 1990 de “virada em direção à antropologia” (2005, p. 44), a partir de um empréstimo de conceitos para fins de construir uma nova abordagem da história

Em um segundo momento, estimulamos a conversação entre História e Teoria Social ao utilizarmos o conceito de campo social, na perspectiva de Pierre Bourdieu, em um objeto historicamente situado. Assim, trabalhamos o conceito de campo social fora das usuais aplicações em pesquisas sobre objetos empíricos contemporâneos e o utilizamos como recurso metodológico para investigação histórica. Pretendemos, com esse aporte, estudar a constituição do campo do jornalismo por meio de um processo público argumentativo conduzido por dois jornais limitados a um tempo e a um espaço históricos. Queremos, assim, considerar a incorporação, à noção de campo social, de contribuições que a História oferece ao revelar fenômenos e processos que ganham forma quando colocados sob o olhar histórico.

Quando nos referimos ao campo do jornalismo, estamos visualizando um campo com regras, princípios e relações de conduta jornalística, bem como com um grau de legitimidade frente às demais instituições sociais. Bourdieu (1997) considera que as características próprias da produção jornalística permitem delimitar o jornalismo como um campo social dotado de leis próprias. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Para Bourdieu, o campo jornalístico é o lugar de uma “lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional” (1997, p. 105).

Burke (2005, p. 78) considera que os estudos de Bourdieu sobre o ‘campo social’, a teoria da prática, a reprodução cultural e a noção de distinção podem ser contribuições úteis para os historiadores culturais, embora tal uso não venha de fato ocorrendo. Entretanto, Burke acredita que essa abordagem possa auxiliar os historiadores a reexaminarem suas posições sobre a tradição e a mudança cultural.

4 O JORNALISMO COMO UM OBJETO CULTURAL NA HISTÓRIA

Um dos pesquisadores pioneiros na defesa de uma história cultural do jornalismo foi James Carey. Em um artigo de 1974, Carey propunha uma história não interessada somente em eventos, ações, instituições e organizações do passado, mas que buscasse desenvolver um "estudo da consciência do passado" (1974, p. 4). A tarefa dessa história cultural seria recuperar formas antigas de imaginação e de consciência histórica.

Para isso, o jornalismo seria uma "forma cultural", resultado de um trabalho criativo e imaginativo, paralelo às obras literárias, novelas, ensaios e artigos científicos: "Jornalismo é, então, uma forma cultural particular, um tipo de consciência altamente particular, uma organização particular da experiência social" (CAREY, 1974, p. 5). O autor usa o termo "estratégia simbólica" para indicar que o jornalismo tem a capacidade de oferecer à audiência modelos para agir e sentir. Ser uma obra cultural é uma qualidade do jornalismo anterior - lógica e cronologicamente, segundo o autor - a ter se constituído como instituição, negócio, conjunto de direitos ou tecnologias.

Os jornais antigos não seriam apenas documentos que revelariam a consciência das culturas passadas, mas sim ambientes nos quais práticas culturais foram realizadas para criação da consciência social sobre determinados fatos. Para Carey (1974, p. 27), o objetivo do historiador cultural do jornalismo deveria ser revelar como uma consciência cultural geral torna-se institucionalizada em procedimentos de apuração e reportagem jornalística, em formas de organização da imprensa e na definição de direitos e liberdades. Schudson (1991, p. 186) avalia que os estudos históricos em comunicação falham ao darem predomínio a uma abordagem tecnológica, valorizando a evolução e o impacto de novas tecnologias sobre a sociedade, e não tratarem, em igual termo, as novas formas culturais advindas das transformações nas comunicações.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para desenvolver as questões teóricas apresentadas acima, optamos por investigar uma manifestação concreta de atividade jornalística, situando-a em um espaço social delimitado. Analisamos as experiências do jornalismo em um estado brasileiro de pequenas dimensões (Sergipe), ligado a uma tradicional economia agrária, que definia boa parte das relações sociais. Além disso, o Estado, no período pesquisado, vivia o dilema entre o "atraso" sócio-econômico e a busca ansiosa por um projeto de modernização. Tal dilema se agravava pelo fato de Sergipe estar em uma localização periférica em relação aos centros nacionais de poder político e econômico. A capital Aracaju possuía, em 1900, 21.132 habitantes (NOGUEIRA, 2006, p. 153).

Limitamos a pesquisa nos jornais de Sergipe ao ano de 1911 por considerar esse ano estratégico por três aspectos. Primeiro, porque a década de 1910 resume de forma rica os dilemas da modernização tardia; segundo, porque localizamos, nesse período, particularmente em 1911, a afirmação de um incipiente jornalismo informativo (MELO, 1994) em relação ao jornalismo doutrinário dos anos anteriores; terceiro, porque foi possível visualizar um processo de interlocução entre jornais (e, na maioria das vezes, de disputa) para constituir e legitimar o campo do jornalismo na sociedade.

O corpus documental desta pesquisa teve como objeto central a circulação dos jornais Correio de Aracajú e Diário da Manhã no ano de 1911, sendo realizadas leituras intensivas de cada edição (cada uma com quatro páginas), em meses alterados durante o ano de 1911. Isso resultou no seguinte volume de materiais: Correio de Aracajú - fevereiro (18 edições), abril (17), junho (17), agosto (19), outubro (18) e dezembro (17); Diário da Manhã - fevereiro (22), abril (20), junho (21), agosto (25), outubro (24) e dezembro (24). As consultas foram realizadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em versões digitalizadas dos jornais.

A pesquisa dos jornais de Sergipe foi realizada com base na metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A questão norteadora da pesquisa foi a seguinte: como o jornalista constrói representações da prática e da identidade profissional? Duas estratégias foram investigadas: a) um movimento de debate público entre jornais a fim de construir parâmetros para um modelo de jornalismo de qualidade; b) um movimento de disputa por prestígio, autoridade e posições entre atores do campo do jornalismo. Consideramos que esses elementos contribuem para perceber uma incipiente formação de um campo do jornalismo que busca, na afirmação de suas práticas e de seus princípios, legitimar-se perante a sociedade local.

Aplicamos a técnica da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental nos levou a ler, na integralidade, todo o conteúdo que pudesse ser definido como informativo (foram excluídos conteúdos claramente propagandísticos). Foram privilegiados três tipos de produtos: a) as colunas publicadas pelos jornais, comentando os conteúdos da imprensa local no dia anterior (Diário da Manhã - coluna diária "Jornal dos Jornais"; Correio de Aracajú - coluna esporádica "Revista da Imprensa"); b) os textos editoriais, de caráter opinativo, publicados nas edições dominicais e em algumas edições das semanas, normalmente na primeira coluna da primeira página, escritos pelos jornalistas responsáveis pelos jornais; c) notas diversas espalhadas pelos jornais com referência à atividade jornalística.

Em caráter ilustrativo e com a intenção de fornecer o contexto da atividade jornalística em dois outros espaços sociais, consultamos dois jornais localizados fora do estado de Sergipe: o Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) e o Correio do Povo (Porto Alegre). A leitura desses exemplares, em períodos dispersos entre 1900 a 1911, buscou

auxiliar na compreensão de certos modelos e práticas de jornalismo vigentes na época da pesquisa.

6 O CAMPO DO JORNALISMO EM SERGIPE

Cristiane Souza (2001, p. 41) estima que, durante a República Velha, circularam em Sergipe 170 periódicos, entre jornais, revistas e informativos diversos, a maioria com duração breve, não superior a um ano de existência. Mesmo assim, a autora percebe que alguns títulos surgidos nesse período tiveram maior longevidade em relação a outros, do período do Império. A partir da década de 1910, os jornais passaram a ser efetivamente diários, circulando em média em cinco edições semanais. Houve também uma mudança de perfil dos jornais, com tendência a se transformarem em organizações empresariais:

Seus agentes perceberam, enfim, que este empreendimento poderia tornar-se economicamente rentável. A tipografia perde o seu caráter artesanal para situar-se numa linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente. A pequena imprensa não desaparece inteiramente, mas é pouco a pouco substituída por estruturas industriais com racionalidade capitalista (SOUZA, 2001, p. 43).

Para os objetivos deste trabalho, vamos considerar que o campo do jornalismo foi constituído por um grupo menor de jornais, de maior permanência em atividade, com maior variedade de conteúdos informativos e estrutura de cobertura jornalística e com circulação no período entre 1910 a 1920. Com base nesses critérios, localizamos quatro jornais mais relevantes, ordenados conforme o ano de surgimento, expresso no Quadro 1.

Quadro 1

Principais jornais em Sergipe no período 1910-1920

Jornal	Período de circulação	Responsável	Periodicidade	Características
Folha de Sergipe	1890-1911	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietário: Manoel Nobre 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bi-semanal (quintas e sábados) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 páginas ▪ Define-se como ideologicamente republicano ▪ Opositorista ao governo do Estado ▪ Jornalismo doutrinário (opinativo): predominância de textos literários, críticos e irônicos sobre a realidade brasileira
Correio de Aracajú	1906-1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretor: João Menezes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tri-semanal (terça, quinta e sábados) ▪ Na década de 1920, passa a diário (segunda a sábado) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 páginas ▪ Criado para servir aos interesses do Partido Republicano Sergipense ▪ Jornalismo informativo: predomínio de notícias informativas sobre eventos, como na sessão "Telegramas" ▪ Lema: "Independente e noticioso"
O Estado de Sergipe	1910-1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo do Estado ▪ Gerente: Aristides da Silveira Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bi-semanal (terça e sexta) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 páginas ▪ Jornal oficial do Estado, cumpria o papel de divulgar as ações do governo
Diário da Manhã	1911-1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proprietário: Coronel Apulchro Motta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jornal diário: <ul style="list-style-type: none"> - até julho, 5 edições semanais (terça a sábado); - a partir de agosto, 6 edições semanais (terça a domingo) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 páginas ▪ Ideais republicanos ▪ Jornal informativo, com serviço de telegrama noticioso ▪ Afirma sua independência ao usar os lemas "O Diário é neutro nas lutas dos partidos" e "Jornal para todos"

FONTE – Pesquisa documental

7 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO JORNALISMO

As tecnologias de transporte, transmissão de informações e de impressão estabeleceram o perfil estrutural para o crescimento das organizações empresariais, assim como os interesses dos círculos intelectuais e das classes políticas direcionaram formas de atuação das empresas. Foram os próprios jornalistas do Correio de Aracajú e do Diário da Manhã, porém, que, em 1911, desenvolveram um movimento de definição de técnicas e princípios e da constituição da identidade profissional, um processo em direção à construção do campo do jornalismo.

Esse movimento consistiu no uso dos espaços de posicionamento editorial do jornal, como a primeira coluna da primeira página, bem como as colunas publicadas pelos jornais comentando os conteúdos da imprensa local no dia anterior (Diário da Manhã - coluna diária "Jornal dos Jornaes"; Correio de Aracajú - coluna esporádica "Revista da Imprensa") para uma apresentação e posicionamento público sobre princípios e questões éticas do jornalismo. Dois recursos enunciativos chamavam

particularmente a atenção: a) a exposição direcionava-se tanto para o profissional do jornal concorrente (ou “colega”, como denominavam) quanto para o leitor, como se buscasse, na sociedade, a sedimentação das teses sobre o jornalismo de qualidade; b) havia um caráter de interlocução entre os jornais, um debate que não cessava em escritos isolados, mas continuava com indagações e respostas cruzadas.

E, para isso, foram desenvolvidas pelos jornais estratégias tanto para construir parâmetros para um modelo de jornalismo de qualidade quanto para disputa por prestígio, autoridade e posições entre atores do campo do jornalismo:

8 ESTRATÉGIAS DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DA PROFISSÃO POR MEIO DO DEBATE PÚBLICO:

a) Definição de um padrão jornalístico de qualidade

Duas características têm a “função social da imprensa”, segundo o Diário da Manhã: “é o registrador automático do meio e do momento histórico de uma sociedade”; e é “um órgão de luta, só pode contar vitória batendo até ao cansaço no mesmo ponto” (DM, 07/02, p. 1). Afirmar que a imprensa é o “registrador automático” reforça o seu papel em relatar fatos. Sem a novidade factual, o jornalista vê-se aprisionado à “monotonia deste viver sem aspectos novos” que lhe dificultam o trabalho, conforme a crônica sobre a profissão escrita pelo jornalista José Severo no Correio de Aracajú (12/02, p. 1)

À monotonia provinciana das repetições em Aracaju (feiras, casamentos etc), o jornalista do Correio contrapõe o mundo exterior - “De fora, porém, nos vem alguma coisa digna de nota”.

A missão do jornalismo se completa com a crítica, a “luta”, e os jornais cobram posicionamento crítico, não-partidarizado, dos concorrentes. A indicação de um padrão jornalístico é feita por meio de uma distinção. Por um lado, a caracterização de uma imprensa “criteriosa”, que preservasse a “sobriedade” e a “compostura” - às vezes, qualidades que expressavam um “jornalismo moderno”. Por outro, uma imprensa “desvirtuada”, “dissoluta”, presa aos “domínios da injúria e da pornografia” (termos utilizados pelo Diário da Manhã).

b) Percepção da importância da atualidade das notícias

O conteúdo noticioso de um jornal deve ser atual, recente. Essa percepção era expressa pelo Diário da Manhã, elegendo esse como um dos princípios fundamentais do jornalismo. Para afirmar isso, o Diário utilizava como recurso a crítica aos demais jornais. Três observações críticas foram dirigidas ao Correio de Sergipe, principal concorrente na produção de um modelo incipiente de jornalismo informativo: “O serviço telegráfico já tem cabelos brancos” (DM, 06/04, p. 1); publicou “transcrições sem atualidade” (DM, 03/06, p. 1); na Semana Santa, “fez completa abstinência de assuntos novos” (DM, 18/04, p. 1).

c) Defesa da responsabilidade social da imprensa

O conceito de responsabilização da atividade jornalística perante a sociedade se manifesta em três episódios. Num primeiro momento, quando o jornalista Aristides da Silveira Fonte deixou o cargo de gerente do jornal O Estado de Sergipe, e esse começou a circular sem um jornalista responsável. O Diário lançou críticas por O Estado continuar “anônimo e irresponsável” (08/10, p. 1).

Um segundo momento ocorreu quando o Diário da Manhã optou por não aceitar colaborações anônimas de leitores, começando a publicar diariamente texto na primeira página afirmando a necessidade de assinatura do autor nessas contribuições e a “responsabilidade legalizada” em cartório para textos que contivessem algum tipo de acusação mais grave. O jornal justificou tais medidas para “elevar o nível da nossa imprensa” (DM, 01/10, p. 1).

d) Enfrentamento ao jornalismo partidário

O Diário da Manhã esforçava-se para revelar à sociedade que os demais jornais (Correio de Aracajú, Folha de Sergipe e O Estado de Sergipe) tinham inclinações partidárias, o que reduzia a qualidade do jornalismo produzido. As críticas foram mais direcionadas a O Estado de Sergipe que, por ser um órgão oficial do Governo do Estado, publicaria “notícias incompletas” (DM, 10/08, p. 1), subtraindo informações que não fossem do interesse do presidente de Sergipe, Rodrigues Dórea, atuando às vezes como “pasquim oficial” (DM, 06/08, p. 1). O jornal Diário da Manhã utilizava como lema a frase: “O Diário é neutro nas lutas dos partidos”.

e) Reconhecimento público de seus erros e correção da informação

A correção é um princípio jornalístico. O *Correio de Aracajú* procurou exercitar isso em situações em que detectava erros gramaticais, de linguagem imprópria e de informação. Na crônica “Aos Domingos”, o jornalista do *Correio de Aracajú* José Severo se debate contra os profissionais revisores do jornal, que teimam em modificar (erroneamente, segundo o jornalista) os termos originalmente escritos. “Ai, a revisão dos jornais! Que medo ela me faz! Quando me disponho a escrever, é o primeiro receio que me assalta, que me faz estremecer” (19/02, p. 1).

O *Correio de Aracajú* publicava esporadicamente a seção “Corrigenda”, em que relatava erros gramaticais e de digitação de sua edição anterior (15/02, p. 2), mas a preocupação se estendia também com a qualidade da informação: “Reproduzimos os seguintes telegramas da edição passada por terem saído incorretos” (CA - 24/02, p. 1).

9 ESTRATÉGIAS DE DISPUTA POR PRESTÍGIO, AUTORIDADE E POSIÇÕES ENTRE ATORES DO CAMPO DO JORNALISMO:

Se, por um lado, os jornalistas debatiam publicamente considerações a respeito de um padrão de jornalismo de qualidade, esse compartilhamento entre “colegas” era, muitas vezes, alternado por uma freqüente “luta” pela construção simbólica de uma autoridade e de posições dentro do campo do jornalismo. Dentre as estratégias identificadas nos dois jornais pesquisados, podemos destacar:

a) Reforço de sua posição e prestígio

Uma estratégia freqüente do Diário da Manhã era afirmar publicamente ser um jornal fundado em princípios jornalísticos claros, publicados em sua primeira edição (DM, 01/02, p. 1), fato que o diferenciava dos demais. Estes princípios foram publicados em duas edições consecutivas, a primeira publicação denominada de “O nosso roteiro” e a segunda de “A fisionomia desta Folha”. Basicamente, traçavam considerações sobre o papel da imprensa e descreviam as seções informativas que o jornal conteria. É por isso que, quando provocado pelos demais jornais, o DM respondia: “O Diário da Manhã, que só obedece à orientação traçada no seu Roteiro...” (24/10, p. 2). O Diário atribuiu a si uma posição de “liderança” na constituição de um padrão de qualidade para o campo do jornalismo, iluminando os concorrentes sobre os procedimentos jornalísticos mais adequados.

Na edição do seu sexto aniversário, o Correio de Aracajú publicou um texto de abertura com o título “O nosso aniversário”, defendendo seu ideal jornalístico: “nem uma só se abrigou em suas colunas a calúnia, a acusação injustificada, a supuração do ódio, ou a injustiça” (24/10, p. 1).

Uma das estratégias dos jornais para capitalizar prestígio era a publicação de elogios encaminhados às redações. Cartas, notas nos outros jornais e comentários na cidade que contivessem elogios ou exaltassem qualidades do jornal eram publicados e comentados pelos jornalistas.

b) Ausência de materiais noticiosos

Havia uma percepção clara do que era jornalismo noticioso e da importância desse conteúdo para a produção de um jornalismo de qualidade. Portanto, uma das estratégias dos jornais era apontar a falta de conteúdos noticiosos, principalmente as notícias locais, nos jornais concorrentes. É o que o Correio mencionou ao analisar O Estado de Sergipe: “A falta de reportagem da nossa imprensa indígena” (12/02, p. 3). O Diário era mais enérgico nessa cobrança: sobre a Folha de Sergipe (“fria e frouxa” - 10/08, p. 1); o Correio de Sergipe (“noticiário reduzido; vasto serviço de transcrições” - 03/10, p. 1); e O Estado de Sergipe (“O serviço telegráfico desapareceu por encanto” - 21/10, p. 1; “está em estado comatoso” 22/10, p. 2).

c) Denúncia de plágio ou transcrição

Os jornais fiscalizavam-se quanto à autoria do conteúdo jornalístico, procurando indicar dois tipos de procedimentos criticáveis. O primeiro, e mais grave, era o plágio, a cópia

não autorizada e não assumida de materiais noticiosos de outros jornais. O Correio e o Diário acusaram-se de um plagiar o outro: “Correio de Aracaju - É um repositório de notícias transcritas, sem importância atual. As que são locais foram cortadinhas da silva do nosso noticiário, e com pouca arte” (DM, 04/02, p. 2).

Um segundo procedimento condenável era a transcrição de textos publicados por outros periódicos. Tal procedimento acontecia de forma recorrente, dada a limitação da estrutura de cobertura jornalística. Entretanto, o excesso de transcrição era abertamente criticado. Por exemplo, o Diário referindo-se ao Correio: “tudo o mais é produção da tesoura” (DM, 01/04, p. 1); e o Correio, ao Diário: “...o Diário copiou todo o serviço telegráfico da edição de ontem” (CA, 12/02, p. 1).

d) Correção de erros (reais ou supostos) dos jornais concorrentes

Os jornais preocupavam-se em apontar até pequenos erros nos concorrentes, como no caso do Correio de Aracajú ao afirmar que o Diário da Manhã teria confundido aborto natural e criminoso em uma notícia publicada (12/2, p. 2), o que foi peremptoriamente respondido pelo *Diário* na edição seguinte.

10 CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DO JORNALISMO

A partir da investigação dos dados acima, identificamos que o esforço dos jornalistas atuando nos dois jornais de Sergipe contribuiu para formar o que Chalaby (1996) denominou "campo de produção discursiva", quando estudou a consolidação do jornalismo como profissão e discurso no século XIX, tendo por base o exemplo do jornalismo inglês. Chalaby aplicou o modelo de campo social de Bourdieu para compreender a formação histórica do jornalismo e considerou que, na segunda metade do século XIX, teriam surgido as condições para a emergência de um especializado e crescentemente autônomo campo de produção discursiva que nomeou de "campo jornalístico". Conforme o autor, progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma distintiva classe de textos: agentes no campo jornalístico desenvolveram seus próprios valores e normas discursivas, tais como objetividade e neutralidade. O modo jornalístico de escrever se caracterizou por práticas e estratégias discursivas particulares, nem literárias nem políticas (CHALABY, 1996, p. 304).

No caso britânico, Chalaby (1998, p. 32-53) identificou o fator econômico como uma das principais forças que levaram à formação do campo do jornalismo. Teriam sido as lutas competitivas movidas por interesses econômicos, geradas pelo crescimento dos jornais, aumento de circulação, limitação de recursos financeiros disponíveis, além de processos de industrialização, concentração e capitalização que teriam dado os contornos e delimitado as fronteiras do campo do jornalismo.

O estudo realizado sobre os jornais de Sergipe não segue a lógica estrutural de constituição do campo do jornalismo conforme a concepção de Chalaby. Não localizamos, na pesquisa realizada, os fatores econômicos na dimensão indicada por Chalaby. Em vez disso, acreditamos que elementos de ordem política tiveram uma contribuição mais relevante, confirmando a forma embrionária de uma lógica de interferência parcial do campo político sobre o campo do jornalismo que será executada durante todo o processo de constituição do campo da mídia em Sergipe no século XX.

Além desses dois aspectos (econômico e político) estruturais da formação da sociedade sergipana, salientamos, no início deste artigo, um terceiro fator, representado pelo ímpeto das elites intelectuais em utilizar as publicações em circulação ao final do século XIX e XX para buscar a consolidação de um campo intelectual. A pesquisa histórica permitiu-nos perceber que a formação do campo do jornalismo em Sergipe está envolvida por esses três fatores, mas possui um movimento próprio executado internamente ao campo: são os próprios jornalistas que procuram, no seu esforço cotidiano prático, a construção de padrões de correção e qualidade do discurso jornalístico. Das páginas do jornal são lançadas as noções e representações que os jornalistas têm para definir publicamente sua profissão, uma estratégia discursiva de construção de um ofício que os conduz para a demarcação do próprio campo do jornalismo.

Os jornalistas participaram do processo de constituição de um campo específico de produção simbólica por meio de uma especialização de seu papel social, organizações, atores, estratégias e valores de sua atividade. O processo de autonomização por que passou o jornalismo seguiu, em linhas gerais, o movimento de autonomização dos demais campos existentes no mundo social, um processo de “*depuração* em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo” (BOURDIEU, 1989, p. 70).

11 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi revelar parte do processo de autonomização do campo do jornalismo ao analisar as práticas e representações dos principais atores envolvidos, os jornalistas. Buscamos identificar as formas como o jornalista utilizou o espaço público midiático constituído pelos jornais para, neles, executar estratégias de construção do campo jornalístico, debatendo publicamente os princípios que deveriam nortear a atividade. A publicização do debate nas páginas do jornal foi, por si, uma das estratégias de enraizamento do jornalismo na sociedade, de construção dos princípios jornalísticos não somente entre os profissionais, mas para legitimá-los socialmente.

A constituição do campo do jornalismo em Sergipe foi um processo que, além de fatores de ordem econômica, tecnológica, política e sócio-cultural, ocorreu por meio de um processo argumentativo conduzido pelos próprios jornalistas na disputa por afirmação de princípios, regras e valores de atuação, bem como por espaço e posições no campo. Nesse embate, os jornais geraram uma interação discursiva que se realizava com a circulação pública dos argumentos no momento em que cada edição ia às ruas. O jornal conduzia, então, na periodicidade de seu ritmo de circulação, o próprio ritmo do debate sobre questões referentes ao campo do jornalismo. A interação ocorreu num tempo presente e histórico, no tempo das falas dos jornalistas em seus espaços de enunciação: as páginas dos jornais.

Essa estratégia de sedimentação do campo é concomitante a outra, referente às lutas por prestígio e posições no campo do jornalismo, que fazem com que os jornais passassem de “colegas” (conforme o termo que utilizavam) em um mesmo ofício, e de interlocutores em um mesmo debate de construção da legitimidade e a autoridade jornalística, para uma situação de concorrentes e adversários na luta pelas principais posições de poder, processo esse, em alguns momentos, induzido pelas lógicas das lutas pelo poder no campo da política.

Em todos esses procedimentos, percebemos uma preocupação dos jornais Diário da Manhã e Correio de Aracajú em executar uma luta pelo poder simbólico como um “poder de construção da realidade” que tende a estabelecer sentidos, classificar, ordenar e dar unidade simbólica ao mundo (BOURDIEU, 1989, p. 10-11). Mesmo quando operaram como interlocutores em um debate sobre os princípios do jornalismo de qualidade, defendendo-o contra uma imprensa “sem virtudes” e procurando sedimentá-lo na sociedade, ressaltou-lhes também uma visão estratégica de conquista de autoridade e prestígio público. Esse não se revelou, no entanto, um movimento destrutivo ao campo do jornalismo, mas uma lógica interna que buscava organizar princípios a serem validados tanto interna quanto externamente ao campo.

RESUMEN

La dimensión internacional ha ocupado siempre un lugar importante en las políticas públicas canadienses del sector de las comunicaciones. Los Estados Unidos han sido considerados a la vez como un vecino ineludible por su proximidad geográfica y como una amenaza por ser una potencia hegemónica cuyas industrias culturales ocupan un lugar esencial dentro de las exportaciones del país. En ese contexto, las políticas implementadas por Ottawa han sido tradicionalmente influenciadas por dos principios, el de la apertura y el del cierre que se dieron a conocer a la vez en el área económica y cultural. Ahora bien, desde los años 80, hemos asistido a la vez al establecimiento de políticas de liberalización de los intercambios tanto a escala continental con el Acuerdo de Libre Comercio de América del Norte (ALCA) como a escala planetaria en el marco de la

Organización Mundial del Comercio (OMC) y a trabajos sobre las nociones de exención, excepción y diversidad cultural particularmente dentro de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, las Ciencias y la Cultura (UNESCO). En este artículo, nos proponemos ver en qué medida las políticas públicas canadienses se desplegaron en continuidad o en ruptura luego de la multiplicación de las decisiones multilaterales. Para esto, veremos en primer lugar la influencia de los acuerdos de libre comercio sobre las políticas públicas en el sector de la comunicación. Veremos entonces que el sector de las revistas fué el primer objeto de confrontación entre Canadá y Estados Unidos, lo que condujo a las autoridades políticas canadienses a modificar los mecanismos de apoyo al tiempo que intentaba mantener los aspectos económicos y culturales así como los principios de apertura y cierre. Finalmente, nos interrogaremos de manera más precisa sobre la posibilidad de mantener herramientas de política que descansan sobre la noción de “contenido canadiense”, mientras la tendencia fuerte está cada vez más puesta sobre la política de “diversidad cultural”, dentro del proceso de negociación internacional con la UNESCO, con la que fué firmada una convención en otoño del 2005.

Palabras clave: políticas públicas, proteccionismo, diversidad cultural.

ABSTRACT

The international dimension has always played an important role in Canadian public sector's communications policies. The USA have been considered an unavoidable neighbour because of its geographic proximity and a threat because of its hegemonic cultural industries, one of the countries most important exporting sectors. In this given context, the policies implemented by Ottawa in economy and culture have been traditionally constrained by two principles: closure and openness. Since the 80s, the settlement of liberalising policies regarding exchange is to be seen, whether in continental scale, with the Free Trade Area of the Americas (FTAA), whether in global scale, with the World Trade Organization talks. Works about the concepts of isention, exception and cultural diversity were also to be seen, specially in the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), which issued a convention in the Autumn of 2005.

This article aims at observing if these policies were implemented with continuity or with ruptures, i.e., the multiplication of multilateral decisions. In order to achieve this goal, in first place the influence of free-trade agreements over public policies in the communications area will be explained. It will be verified that the magazines sector was the first matter of conflict between Canada and the USA, what brought the Canadian political authorities to change some the support mechanisms and at the same time maintain economical and cultural aspects such as openness and closure. Finally, the possibility of maintaining political tools that promote “Canadian content” will be examined in a more precise way, for the efforts in negotiations with the Unesco are always more strongly aimed at “cultural diversity”, since the convention of 2005 was settled.

Keywords: Public policies. Protectionism. Cultural diversity

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAREY, James. The Problems of Journalism History. **Journalism History**, Vol. 1, N. 1, 1974, p 3-27.

CHALABY, Jean. Journalism as an Anglo-American Invention - A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. **European Journal of Communication**, v. 11 (3), 1996, p. 303-326.

_____. **The Invention of Journalism**. London: MacMillan Press, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta - periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Adriana D. **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana**. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHUDSON, Michael. Historical approaches to communication studies. In: JENSEN, Klaus; JAKOWSKI, Nicholas. **A Handbook for Qualitative Methodologies for Mass Communication Research**. London and New York: Routledge, 1991, p. 175-189.

SOUZA, Cristiane V. de. **A República das Letras em Sergipe (1889-1930)**. Aracaju, 2001. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Sergipe.

Este trabalho foi elaborado com resultados da pesquisa “O Jornalismo e a Produção Social do Tempo Presente na Sociedade Brasileira entre 1900-1920”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio do Edital Universal 2004.

Essa compreensão baseia-se no conceito de campo social de Pierre Bourdieu. Para o autor, campo é um “espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (BOURDIEU, 1997, p. 57). O conceito de campo é, em Bourdieu, o ponto de convergência de uma construção teórica em que aparecem categorias novas ou com novo sentido, como as de ‘posição’, ‘capital’ e ‘luta’. Em primeiro lugar, o campo é um espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. Posição na estrutura significa dizer que os agentes estão distribuídos no espaço social global de acordo com o volume global (quantidade) de capital que possuem e de acordo com a espécie deste capital (econômico, político, cultural) (BOURDIEU, 1993, p. 154). A idéia de “luta” leva Bourdieu a entender o espaço social como constituído por relações de disputa e concorrência entre atores pelas melhores posições hierárquicas. São as lutas que dotam o indivíduo de autoridade, prestígio e poder simbólico para nomear e classificar elementos do mundo social, e se tornam fatores que movem o campo, pois a luta pela posse de capital representa a força de transformação das posições em um campo ou do próprio campo em sua disposição estrutural.

Carey considera cultura como “a organização da experiência social na consciência humana manifesta em ação simbólica” (1974, p. 5).

Os textos extraídos dos jornais foram adaptados à grafia contemporânea da Língua Portuguesa.

Utilizaremos as siglas *DM* e *CA* para indicar os conteúdos extraídos, respectivamente, do Diário da Manhã e do Correio de Aracajú.